



Revista Pensamento Contemporâneo em Administração
ISSN: 1982-2596
jmoraes@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense
Brasil

Assunção Teixeira Nobre, César Henrique; Branco Ramos Filho, José Roberto
PANORAMA DOS COWORKINGS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, vol. 19, núm. 1, 2025, pp. 150-165
Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v19i1.65921>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441782027010>

- ▶ [Cómo citar el artículo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Más información del artículo](#)
- ▶ [Página de la revista en redalyc.org](#)

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la academia



PANORAMA DOS COWORKINGS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL

PANORAMA OF COWORKINGS IN FEDERAL UNIVERSITIES IN BRAZIL

Recebido em 26.12.2024 Aprovado em 12.04.2025
Avaliado pelo sistema double blind review
DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v19i1.65921>

Cézar Henrique Assunção Teixeira Nobre

cezar.nobre@ufopa.edu.br

Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT/Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém/Pará, Brasil
<https://orcid.org/0009-0008-5361-0554>

José Roberto Branco Ramos Filho

jose.ramos@ufopa.edu.br

Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT/Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém/Pará, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-2297-8945>

Resumo

A pesquisa mapeou e caracterizou os espaços de coworking nas universidades federais brasileiras. Utilizou abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Foram aplicados questionários via Fala.BR e dados complementares foram obtidos por análise documental e bibliográfica. Os resultados revelaram que até a submissão deste artigo apenas 36,2% das universidades possuem coworkings, com maior concentração nas regiões Sudeste e Sul. Os espaços apresentam ampla diversidade estrutural e público-alvo predominante da comunidade acadêmica. Foi constatada dissonância entre os coworkings das universidades e os modelos teóricos, evidenciando desafios de infraestrutura e gestão. A pesquisa reforça a necessidade de políticas para consolidar esses ambientes.

Palavras-chave: *Coworking*. Espaço compartilhado. Ambiente de inovação.

Abstract

The study mapped and characterized coworking spaces in Brazilian federal universities, employing a mixed-methods approach that combined both qualitative and quantitative techniques. Surveys were conducted via the Fala.BR platform, and additional data were gathered through documentary and bibliographic analysis. The results showed that, up to the submission of this article, only 36.2% of the universities had coworking spaces, with a higher concentration in the Southeast and South regions. These spaces displayed wide structural diversity and were primarily targeted at the academic community. A mismatch was observed between university coworking spaces and theoretical models, highlighting challenges related to infrastructure and management. The research underscores the need for policies aimed at strengthening and consolidating these environments.

Keywords: Coworking. Shared space. Innovation environment.

Introdução

Nos últimos anos, os espaços de *coworking* têm se tornado uma alternativa crescente aos escritórios tradicionais, especialmente em meio ao avanço do trabalho flexível e da individualização do ambiente laboral. O modelo de *coworking* oferece um espaço híbrido que não se limita a proporcionar um ambiente físico para trabalho, mas também promove interações sociais e o desenvolvimento de comunidades colaborativas (Orel e Dvoutely, 2020). Além disso, esses espaços proporcionam o intercâmbio de ideias por meio de encontros espontâneos entre indivíduos de diferentes áreas, o que contribui para a inovação e a criação de valor entre profissionais independentes. Diálogos, pluralidade de pensamentos, encontros espontâneos e profissionais de diferentes áreas também fazem parte do contexto das universidades públicas. E como será a realidade dos *coworkings* nessas instituições?

Essa tendência do modelo de *coworking* apontada por Orel e Dvoutely (2020), é ratificada pelo Censo Coworking 2024, que mostrou – em 2023 – um crescimento no mercado de *coworking* brasileiro de aproximadamente 20%, passando de 2.443 para 2.986 espaços. Desse total, a maioria, 58,5%, está localizada nas capitais, evidenciando o papel dessas áreas como polos de inovação e negócios (Woba, 2024).

A expansão do modelo de *coworking* parece estar diretamente ligada à evolução no ambiente empresarial. Enquanto anteriormente as empresas possuíam uma estrutura mais centralizada e rígida, agora há uma tendência a práticas mais flexíveis, frequentemente adotando o compartilhamento de espaços com o objetivo de melhorar a eficiência, promover a troca de conhecimentos e fomentar a inovação (Oliveira Junior e Costa, 2021).

Explorar o papel dos espaços de *coworking* nas IFES permite compreender seu potencial de impacto acadêmico e social, criando redes que enriquecem o ambiente educacional e inovador. Como destaca Bouncken e Reuschl (2018), os espaços de *coworking* promovem o compartilhamento de conhecimentos e habilidades entre profissionais de diferentes áreas, o que estimula o desenvolvimento de redes colaborativas e práticas inovadoras. Assim, ao promover esses espaços dentro das IFES, elas podem ampliar sua conexão com o setor produtivo e com a sociedade, o que pode colaborar de forma mais direta às demandas externas. Nesse sentido, Liu e Cai (2017) reforçam que as universidades são agentes fundamentais para o fortalecimento das habilidades empreendedoras e na formação de redes entre alunos, pesquisadores e profissionais de diversas áreas. As IFES também contribuem no crescimento regional, tanto de forma imediata quanto em um horizonte de longo prazo.

No que concerne ao incentivo a inovação, as IFES desempenham um papel central na promoção do progresso científico e tecnológico. Elas atuam como centros de produção de conhecimento e desenvolvimento de habilidades, colaborando com o avanço econômico e social. Ao gerar novas ideias e capacitar profissionais, essas instituições contribuem com a inovação tecnológica e impulsionam os ecossistemas regionais de inovação, conectando-se com atores públicos e privados para traduzir a pesquisa em soluções práticas para a sociedade (Polbitsyn, 2021).

No contexto dos espaços de *coworking* nas IFES e sua relevância para o fomento à inovação, é fundamental considerar o amparo legal que sustenta sua implementação. As universidades, sendo autarquias federais, estão respaldadas pela Lei de Inovação (nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004), cuja finalidade é promover a inovação e estimular a pesquisa científica e tecnológica em articulação com o setor produtivo.

Com as alterações trazidas pela Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016, as universidades federais passaram a ser reconhecidas como Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT). De acordo com a legislação, ICTs são definidas como órgãos ou entidades da administração pública cuja missão institucional compreende a pesquisa científica e tecnológica, além do desenvolvimento de novos

produtos, serviços ou processos (Brasil, 2016). Nesse sentido, as universidades estão habilitadas a receber incentivos voltados à promoção de atividades científicas, à pesquisa e à formação tecnológica, bem como ao estímulo à inovação e à transferência de tecnologia.

No Brasil, os espaços de *coworking* podem ser associados ao conceito de ambientes de inovação conforme previsto na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), que foi alterada pela Lei nº 13.243/2016. Essa legislação define ambientes promotores de inovação como espaços que incentivam o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias e facilitam a interação entre ICTs e o setor produtivo. Segundo a Lei, os ambientes de inovação podem incluir incubadoras de empresas, parques tecnológicos e outros mecanismos que promovam a inovação, categoria na qual os *coworkings* podem ser inseridos, sobretudo quando voltados para iniciativas acadêmicas e empresariais.

A legislação não menciona diretamente os coworkings, mas eles se enquadram no conceito geral de ambientes que fomentam a interação, a inovação e o desenvolvimento tecnológico em alinhamento com os objetivos das ICTs e da Lei de Inovação. Tanto que o termo surge na Portaria MCTIC nº 6.762/2019 (Brasil, 2019), que instituiu o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores, classificado como mecanismo de geração de empreendimentos e definido como “local de trabalho voltado a profissionais ou empresas, com infraestrutura tecnológica e de negócios e modalidades flexíveis de contratação e uso, visando ao estímulo à inovação aberta e colaborativa, ao fomento da interação entre profissionais de diversas especialidades e competências, e ao compartilhamento informal de conhecimento” (Brasil, 2019, Cap. I, c). Além disso, a Política Nacional de Inovação (Decreto nº 10.534/2020) reforça a importância de estruturas que promovam a interação entre agentes de inovação, o que pode incluir coworkings associados a universidades e centros de pesquisa.

Diante desse cenário, portanto, considerando o contexto apresentado e partindo da conjectura que os ambientes de *coworkings* contribuem com o *networking* e são facilitadores para a promoção da inovação nas empresas que nele se instalam (Oliveira Junior e Costa, 2021), a presente pesquisa busca compreender como os ambientes de *coworking* estão caracterizados no contexto das IFES. Para isso, foram mapeados os espaços de *coworking* presentes nas universidades federais brasileiras, analisando suas características e verificando se estão alinhados com os marcos legais e as práticas descritas na literatura. Nesse sentido, de acordo com Tanaka et al. (2017), as características dos *coworkings* estão associadas a fatores relevantes que motivam profissionais a optar por espaços compartilhados de trabalho. Esses fatores atendem tanto a necessidades individuais quanto às propostas centrais do conceito de *coworking*, como a redução de custos mensais, a busca por interação com outros profissionais, a obtenção de um endereço comercial e a disponibilidade de uma infraestrutura pronta, incluindo mobiliário, internet e recepção.

Por fim, este estudo busca não apenas mapear, mas também mostrar como esses espaços funcionam no setor público, sobretudo dentro do contexto universitário, avaliando sua aderência às normas legais e se existe alguma relação entre eles e o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID). Essa iniciativa partiu do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e lançou, em 2024, a primeira edição do IBID. O objetivo é oferecer informações essenciais para compreender a realidade do país no campo da inovação (INPI, 2024).

Para proporcionar uma compreensão mais aprofundada do tema, serão exploradas a seguir algumas definições, conceitos e outros aspectos fundamentais que constituem a base teórica sobre ambiente de inovação e *coworking*.

Conceitos e características dos espaços de coworking

O primeiro autor a utilizar o conceito de "*coworking*" foi Bernard De Koven, em 1999. Ele introduziu o termo para descrever um método de participação entre indivíduos que interagem sem uma relação

hierárquica definida, colaborando em um ambiente compartilhado. A proposta de De Koven foi inicialmente voltada para desenvolvedores de *software* que trabalhavam em colaboração, tanto presencialmente quanto com o uso de ferramentas *on-line* (Brown, 2017).

No contexto do desenvolvimento de jogos e programas de computador, De Koven observou, ao colaborar com outros desenvolvedores que atuavam de forma independente ou que se integraram à equipe, a importância da interação presencial aliada ao uso de ferramentas digitais. Ele destacou que, para estabelecer relações de confiança e colaboração mais profundas, é fundamental que os indivíduos disponham de um ambiente físico comum, onde possam trabalhar juntos de maneira equitativa (Curaoglu e Demirbaş, 2017).

Com o passar dos anos o termo “*coworking*” foi utilizado diversas vezes, mas em contextos diferentes. Até se chegar ao modelo discutido, a palavra *coworking* foi usada para ilustrar o compartilhamento de recursos entre indivíduos da mesma rede organizacional. O uso de um ambiente de trabalho exclusivo por profissionais autônomos foi frequentemente referido como “*co-workplace*”. Era comum o uso equivocado da palavra “*coworking*” não só em textos populares, mas também em debates acadêmicos. Nos primeiros anos de elaboração e desenvolvimento do modelo de *coworking*, o uso terminológico incorreto era uma ocorrência bastante corriqueira (Orel e Dvouléty, 2020).

Além disso, o termo “*coworking*” tem sido frequentemente confundido com “*co-working*”, o que gera um mal-entendido a respeito do verdadeiro conceito por trás do modelo. Enquanto “*co-working*” refere-se à cooperação entre indivíduos conectados por relações em uma mesma organização, desempenhando papéis de colegas de trabalho, o termo “*coworking*” diz respeito ao compartilhamento de um ambiente de trabalho por pessoas que atuam de forma independente. Essas relações são estabelecidas com base em interações espontâneas ou mediadas, dentro de um espaço de trabalho colaborativo que pode ser temporário ou permanente (Orel e Dvouléty, 2020). Em maio de 2018, o Manual de Estilo da *Associated Press Stylebook* retirou a versão com hífen do termo, com o intuito de reduzir a confusão e o uso excessivo da terminologia tanto no contexto acadêmico quanto no industrial nessa área (Meunier, 2018).

A concepção moderna de *coworking* foi consolidada em agosto de 2005 por Brad Neuberg, um engenheiro de *software* norte-americano, ao criar um espaço colaborativo de trabalho em um centro comunitário feminino chamado *Spiral Muse*, localizado em São Francisco, EUA. O local, que oferecia entre cinco e oito mesas para trabalho, funcionava duas vezes por semana e apresentava um modelo inovador de compartilhamento de espaço. Além do ambiente de trabalho, havia características incomuns, como sessões de meditação, alimentação saudável e até atividades ao ar livre, como passeios de bicicleta, refletindo uma abordagem holística de bem-estar e produtividade no local (Soares e Saltorato, 2015).

Desde então, os espaços de *coworking* passaram por diversos aprimoramentos, embora seu conceito central de trabalho compartilhado permaneça inalterado. Originalmente, essa modalidade foi concebida com o objetivo principal de reduzir custos fixos mensais, necessários para a manutenção de uma estrutura de trabalho, como energia, mobiliário, tecnologia da informação e telefonia. Oferecendo espaços equipados com opções flexíveis de locação – disponíveis por períodos mensais, semanais, diários ou até mesmo por horas – os *coworkings* foram criados para atender às demandas de profissionais liberais, autônomos, *freelancers*, além de microempresas e pequenos empreendedores (Tanaka et al., 2017).

Em uma linha de pensamento similar, Moriset (2014) discorre que o *coworking* surge como um modelo de trabalho colaborativo, no qual profissionais de diferentes organizações, muitas vezes sem vínculo setorial comum, compartilham o mesmo espaço. Esse formato permite que empresas, coletivos e autônomos dividam os custos do ambiente de trabalho, promovendo uma proximidade física que, em

arranjos tradicionais, seria improvável. No *coworking*, a interação entre profissionais diversos é facilitada, contrastando com o isolamento típico de ambientes convencionais, onde os trabalhadores geralmente se organizam em baias ou salas de uma única empresa, voltadas exclusivamente para suas próprias atividades.

Em síntese, o *coworking* caracteriza-se como um modelo de ambiente de trabalho que une a autonomia e flexibilidade típicas do trabalho independente com os benefícios de um espaço colaborativo e orientado para a construção de comunidade. Trata-se de um local onde profissionais autônomos, empreendedores e empresas optam por compartilhar as instalações de trabalho, em contraste com a tradicional prática de atuar em isolamento, seja em *home office* ou em escritórios convencionais (Konecka-Szydłowska; Czupich, 2022; Bueno; Rodríguez-Baltanás; Dolores Gallego, 2018). É esse conceito, juntamente com as abordagens de Moriset (2014), Soares e Saltorato, (2015), Tanaka *et al.*, (2017) e Orel e Dvoulletý, (2020) que interessam a presente pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa adotou uma abordagem mista, de natureza quali-quantitativa, visando a obtenção de uma compreensão abrangente (Creswell e Creswell, 2021) sobre os espaços de *coworking* de uma forma geral. Na abordagem qualitativa, seguindo Sampieri *et al.* (2013), buscou-se compreender as práticas dos participantes, bem como as relações que permeiam o objeto da pesquisa no ambiente natural.

A abordagem quantitativa, por conseguinte, se deu por meio da aplicação de um questionário enviado a todas as universidades federais brasileiras. Esse procedimento metodológico foi adotado por se entender que as respostas das instituições iriam contribuir para a presente pesquisa, considerado que os dados gerados podem ser confrontados com os conceitos abordados pela literatura acerca dos espaços do *coworking*. Tal concepção é compartilhada por Godoy (1995) e Matias-Pereira (2016) ao proporem que os métodos qualitativos e quantitativos se complementam de maneira eficaz, especialmente em estudos organizacionais, onde a combinação de dados oferece uma análise mais rica dos fenômenos.

Nesse sentido, Matias-Pereira (2016) reforça essa perspectiva ao apontar que no contexto contemporâneo as abordagens quantitativa e qualitativa são, na verdade, complementares. Pois embora abordem problemas e tópicos distintos, ambos são igualmente importantes. Dessa forma, ambos os autores reconhecem que as duas abordagens ampliam a compreensão dos temas pesquisados, fornecendo uma visão mais completa e abrangente.

A pesquisa é caracterizada como exploratória e descritiva: exploratória, por buscar identificar e mapear a presença de coworkings nas universidades federais do Brasil, cenário ainda pouco estudado; e descritiva, por analisar as características e padrões observados.

Foram empregadas, ainda, três técnicas principais de pesquisa: a bibliográfica, a documental e o levantamento. Primeiramente, foi realizada a revisão bibliográfica de teóricos que abordam o tema de *coworking* como espaço de trabalho compartilhado, para melhor compreender os conceitos desta pesquisa.

A pesquisa documental, por sua vez, consistiu na análise de documentos institucionais obtidos como resposta oficial das instituições sobre a pesquisa, além de dados oficiais divulgados pelas próprias universidades em seus sites.

O levantamento das informações foi feito por meio de um questionário aplicado a todas as universidades federais brasileiras. Para isso, as informações foram solicitadas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), no Fala.Br, que é uma Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal do Brasil, um canal de comunicação institucional no qual as universidades federais foram contatadas e incentivadas a participar. Este questionário foi estruturado

para coletar dados específicos sobre a existência, estrutura e algumas características dos espaços de *coworking*, bem como sobre sua gestão e uso acadêmico.

Nesta pesquisa, têm-se como unidade de análise o campus sede das universidades federais brasileiras. O período da pesquisa compreendeu os meses de outubro de 2023 até janeiro de 2024. Esse período se justifica porque segundo a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) o órgão ou entidade tem o prazo máximo de 20 dias para conceder o acesso à informação solicitada. Cabe ressaltar, contudo, que esses prazos conforme o Art. 66 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, começam a contar no primeiro dia útil após o recebimento. Além disso, o prazo pode ser prorrogado por mais 10 dias, com justificativa expressa (Brasil, 2011).

Nesse contexto, o Quadro 1 apresenta a relação das 69 universidades federais que receberam a solicitação de informação, bem como suas respectivas respostas, acerca da pergunta se a instituição possuía ou não espaço de *coworking*.

Quadro 1 – Lista de universidades federais brasileiras

Estados	Região Norte	Tem <i>coworking</i> ?
Acre	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Não
Amapá	Universidade Federal do Amapá (Unifap)	Não
Amazonas	Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	Não
Pará	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Sim
	Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	Sim
	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Não
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	Não
Rondônia	Universidade Federal de Rondônia (Unir)	Não
Roraima	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Não
Tocantins	Universidade Federal de Tocantins (UFT)	Sim
	Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)	Não
Região Nordeste		
Alagoas	Universidade Federal de Alagoas (Ufal)	Não
Bahia	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Não
	Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	Não
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Não
	Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	Não
Ceará	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Não
	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Não
	Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	Não
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Sim
Paraíba	Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG)	Não
	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Sim
Pernambuco	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape)	Não
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Sim
	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Não
	Universidade Federal do Valo do São Francisco (Univasf)	Não
Piauí	Universidade do Delta do Parnaíba (UFDPAr)	Não
	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Não

Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Sim
	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	Sim
Sergipe	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Não
Região Centro-Oeste		
Distrito Federal	Universidade de Brasília (UnB)	Não
Goiás	Universidade Federal de Catalão (UFCat)*2018	Não
	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Não
	Universidade Federal de Jataí (UFJ)	Não
Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Não
	Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)	Não
Mato Grosso do Sul	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Não
	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Sim
Região Sudeste		
Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	Sim
Minas Gerais	Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)	Sim
	Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	Sim
	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Sim
	Universidade Federal de Lavras (Ufla)	Sim
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Não
	Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop)	Sim
	Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) - FUNRei	Não
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Não
	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Não
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Sim
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Sim
	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)		Sim
Universidade Federal Fluminense (UFF)		Sim
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)		Não
São Paulo	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Sim
	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	Não
	Universidade Federal do ABC (UFABC)	Não
Região Sul		
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Não
	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Não
	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Sim
	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Não
	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Sim
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Não
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Não
	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Não
Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Sim
	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Sim
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

O questionário enviado apresentou o conceito *coworking* como um modelo de espaço de trabalho colaborativo que permite que pessoas ou empresas independentes compartilhem um ambiente de trabalho com outras pessoas ou empresas, promovendo a interação, a troca de conhecimentos e a criação de redes de contatos. Esses espaços geralmente oferecem uma infraestrutura completa de escritório, incluindo mesas, cadeiras, internet, salas de reunião, além de serviços como recepção, impressão e copiadora, tornando-os uma opção atraente para profissionais independentes e pequenas empresas que desejam trabalhar em um ambiente de escritório sem precisar lidar com o custo e a burocracia de manter um escritório próprio (Moriset, 2014; Soares e Saltorato, 2015; Tanaka et al., 2017; Bueno, Rodríguez-Baltanás e Dolores Gallego, 2018; Orel e Dvouletý, 2020; Konecka-Szydłowska e Czupich, 2022). As universidades foram informadas, ainda, que a participação era voluntária. Após tal esclarecimento, o Quadro 2 apresenta o questionário enviado às instituições:

Quadro 2 – Questionário enviado às universidades

Nº	Questão	Resposta
1	Sua instituição possui espaço de <i>coworking</i> ?	Sim () Não ()
2	Características do <i>coworking</i> de sua instituição:	
2.1	Qual o ano de fundação?	Resposta aberta
2.2	Qual o público-alvo?	Resposta aberta
2.3	O acesso é pago?	Resposta aberta
2.4	O espaço é flexível? (configuração do espaço adaptável para contextos diferentes)	Resposta aberta
2.5	O espaço possui uma normativa de funcionamento com regras definidas?	Resposta aberta
2.6	O <i>coworking</i> tem personalidade jurídica? Se sim, qual instrumento autorizou a atuação do <i>coworking</i> no campus?	Resposta aberta
2.7	Existem regras para evitar que as pessoas/organizações utilizem o espaço de forma permanente?	Resposta aberta
2.8	Qual a estrutura do <i>coworking</i> da sua instituição? (número de salas, banheiros, sala de reuniões, auditório, capacidade de usuários, outros)	Resposta aberta
2.9	Sugestão ou relato de possíveis problemas na implantação/manutenção do <i>coworking</i> (opcional)	Resposta aberta

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Apresentação e análise dos resultados

Esta seção apresenta um panorama dos espaços de *coworking* nas universidades federais brasileiras, à luz das discussões teóricas previamente abordadas. A análise busca, sobretudo, articular os dados obtidos com os conceitos-chave discutidos por Moriset (2014), Soares e Saltorato (2015), Tanaka et al. (2017), Bueno, Rodríguez-Baltanás e Dolores Gallego (2018), Orel e Dvouletý (2020) e Konecka-Szydłowska e Czupich (2022), possibilitando uma compreensão crítica da realidade observada.

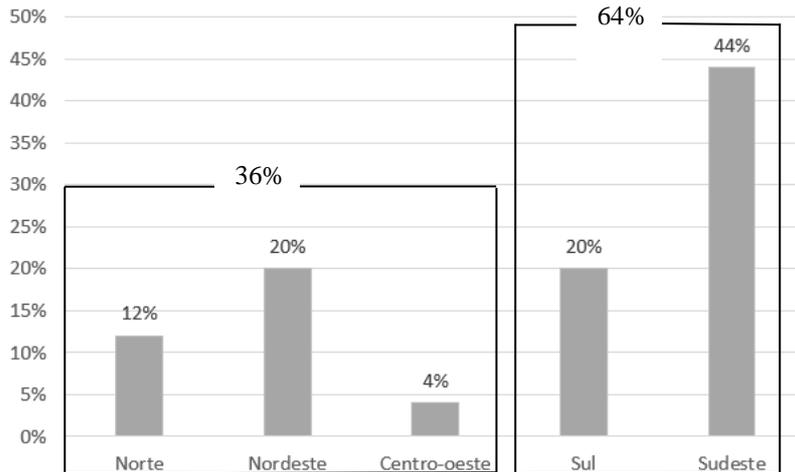
Além disso, a pesquisa buscou identificar padrões e variações nas características dos *coworkings*, abrangendo aspectos como o ano de fundação, o público-alvo, os tipos de acesso (gratuito ou pago), flexibilidade do espaço, existência de normativos, personalidade jurídica, regras de permanência, estrutura física e os problemas relatados na implementação e manutenção.

A pesquisa revelou que apenas 36,2% das universidades federais mapeadas (25 de 69) possuem espaços de *coworking*. Esse dado evidencia, à primeira vista, uma incipiente difusão dessa tipologia de ambiente no setor público educacional. Ao confrontarmos esse cenário com a caracterização de Moriset (2014), que define os *coworkings* como “terceiros lugares” emergentes na geografia do trabalho, nota-se que as IFES ainda se encontram em um estágio embrionário na adoção de tais modelos. Isso pode ser compreendido tanto pelas barreiras institucionais à inovação quanto pelas limitações de infraestrutura e financiamento.

A distribuição regional dos *coworkings* também revela dinâmicas relevantes. As regiões Sudeste e Sul concentram 64% dos espaços, o que dialoga diretamente com o argumento de Woba (2024), ao apontar

as grandes capitais como epicentros de inovação e empreendedorismo. A centralização desses ambientes em áreas de maior dinamismo econômico reforça o que Konecka-Szydłowska e Czupich (2022) identificam como uma das características críticas da geografia dos *coworkings*: sua associação a ecossistemas de inovação consolidados. Por outro lado, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com presença menos expressiva, evidenciam desigualdades estruturais que dificultam a criação desses espaços – corroborando os dados do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (INPI, 2024). O Gráfico 1 demonstra de forma mais detalhada a distribuição dos espaços de *coworking* nas IFES.

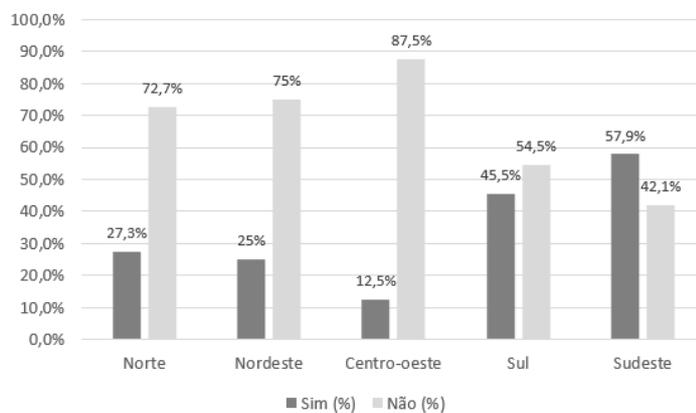
Gráfico 1 – Distribuição de *coworkings* nas universidades por região



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Além disso, as diferenças percentuais intrarregionais revelam disparidades expressivas. As maiores desigualdades entre universidades federais que possuem e não possuem *coworkings* ocorrem nas regiões Centro-Oeste (75%), Nordeste (50%) e Norte (45,4%). Em contrapartida, na região Sul essa diferença é de apenas 9%, enquanto na região Sudeste é de 15,8%. Esses dados evidenciam que o eixo Norte-Nordeste-Centro-Oeste enfrenta mais limitações para a implementação de ambientes de inovação, como os *coworkings* universitários. Tal constatação corrobora a leitura de Orel e Dvouletý (2020), que apontam fatores contextuais – como infraestrutura, cultura organizacional e políticas públicas locais – que afetam diretamente a capacidade de difusão desses espaços. Já nas regiões Sul e Sudeste, onde as diferenças são menores, observa-se maior consolidação desses ambientes, em sintonia com contextos institucionais e econômicos mais favoráveis. O Gráfico 2 demonstra as diferenças intrarregionais.

Gráfico 2 – Diferenças intrarregionais das IFES que possuem *coworking*

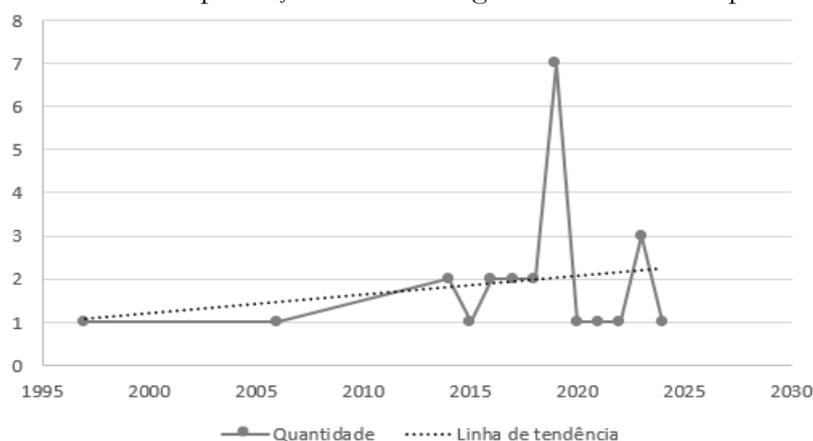


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A análise dos anos de fundação revelou que 92% dos *coworkings* nas IFES foram criados entre 2014 e 2024 (Gráfico 3). Essa concentração temporal reflete um processo recente de institucionalização do modelo, que acompanha a tendência global de adoção de *coworkings* no setor público. Como destacam Bueno et al. (2018), o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) permitiu novas formas de trabalho, como o *coworking*, que oferecem maior flexibilidade e colaboração. Esses espaços surgem como uma resposta à demanda por ambientes de trabalho mais dinâmicos e adaptáveis, especialmente em contextos onde a localização física torna-se menos relevante.

No contexto brasileiro, a expansão dos *coworkings* pode ser atribuída ao crescente interesse por modelos de trabalho colaborativos e flexíveis, conforme discutido por Soares e Saltorato (2015). Seu estudo destaca que os *coworkings* se apresentam como uma alternativa interessante para a organização do trabalho em grandes cidades, com especial destaque para a promoção de inovação e empreendedorismo. Esses espaços oferecem um ambiente propício para trocas de experiências, compartilhamento de recursos e desenvolvimento de redes profissionais, atendendo às demandas de trabalhadores independentes e pequenas empresas em um cenário urbano dinâmico.

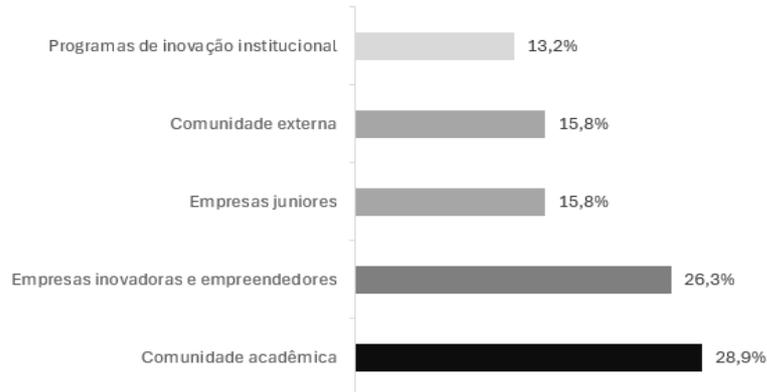
Gráfico 3 – Implantação dos *coworkings* nas universidades por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No que diz respeito ao público-alvo, o Gráfico 4 demonstra que predominam espaços voltados para a comunidade acadêmica (28,9%), seguidos por empresas inovadoras e empreendedores (26,3%). Essa configuração reafirma o papel dos *coworkings* como ambientes híbridos, que promovem interações entre academia e mercado, conforme destacam Orel e Dvouletý (2020). Entretanto, ainda é tímida a presença de programas de inovação institucional (13,2%), o que pode indicar uma lacuna na integração estratégica entre *coworkings* e outras estruturas de apoio à inovação. Esse aspecto é enfatizado por Tanaka et al. (2017), que discutem a importância de superar barreiras e promover colaborações mais efetivas para consolidar ecossistemas de inovação robustos.

Gráfico 4 – Público-alvo dos *coworkings* das universidades federais



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Para facilitar o entendimento do público-alvo que consta no Gráfico 4 – considerando que as respostas foram variadas – optou-se pela criação de cinco grupos que representam a categoria principal. E dentro desses grupos, existem as subcategorias, que englobam o grupo principal, com suas respectivas frequências, conforme mostra a Quadro 3 de forma mais detalhada.

Quadro 3 – Público-alvo dos *coworkings* das universidades federais por categoria e subcategorias

Categoria Principal	Subcategorias	Frequência
Comunidade acadêmica	Alunos de graduação (todos os cursos ou específicos)	11
	Discentes, Docentes e Técnicos	
	Comunidade acadêmica em geral	
Empresas inovadoras e empreendedores	Startups, spin-offs, empresas graduadas, empresas de base tecnológica	10
	Empresas Pré-incubadas	
	Colaboradores de empresas incubadas	
	Empresários	
Empresas juniores	Equipes de empresas juniores	6
Comunidade externa	Público externo geral	6
	Sociedade e/ou público da região	
	Parceiros institucionais	
Programas de inovação institucional	Participantes de incubação, aceleração	5
	Projetos de inovação vinculados ao NIT	

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

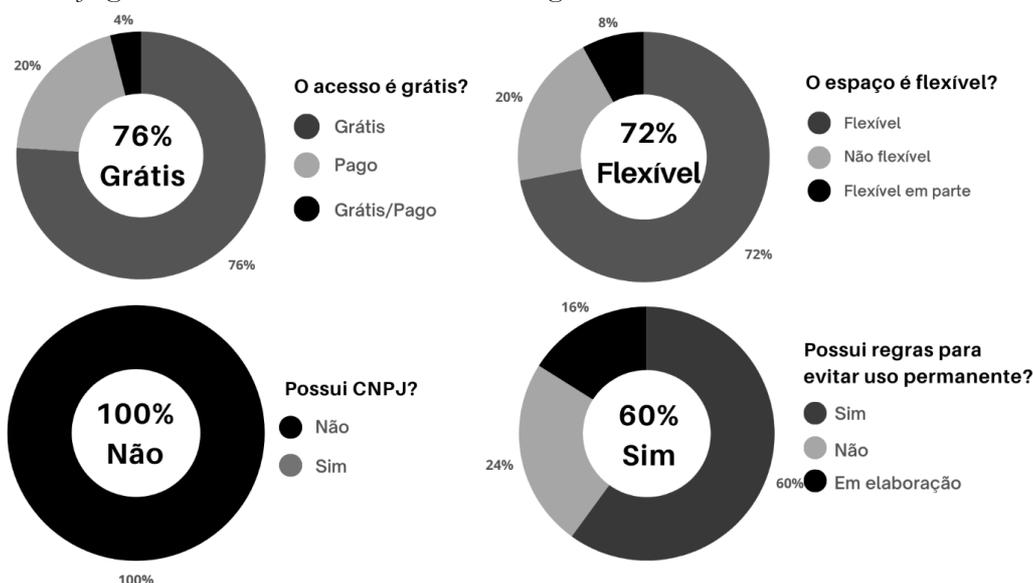
Outras características observadas, como o acesso gratuito (76%) e a flexibilidade do espaço, representando 72% dos respondentes, estão alinhadas aos princípios fundamentais dos *coworkings* descritos por Moriset (2014). Esses espaços são projetados para funcionar como "terceiros lugares" (*third places*), que são ambientes informais, acessíveis e neutros, situados entre o ambiente de trabalho formal (primeiro lugar) e o lar (segundo lugar). Eles promovem informalidade, acessibilidade e interações colaborativas. Além disso, oferecem infraestrutura flexível e áreas de convivência, facilitando a troca de conhecimentos e a criação de comunidades.

Contudo, a ausência de personalidade jurídica própria, como apontado em 100% dos espaços analisados, revela um modelo organizacional fortemente vinculado à estrutura universitária. Essa dependência pode limitar a autonomia desses espaços e sua capacidade de articulação com agentes

externos, conforme sugerem Bueno et al. (2018), que destacam a importância de maior independência institucional para fortalecer ecossistemas de inovação.

Em se tratando da existência de regras para evitar o uso permanente, elas estão presentes em 60% das instituições pesquisadas. Essa regulamentação alinha-se às discussões de Brown (2017), que enfatiza a necessidade de gestão ativa para preservar a natureza colaborativa dos *coworkings*, evitando sua apropriação por grupos fixos. A ausência de regras em 24% dos espaços pode gerar desafios, como a limitação das oportunidades de colaboração e criatividade, conforme sugerem análises sobre a importância da mediação nos *coworkings* (Brown, 2017). Nos 16% restantes, as regras ainda estão em elaboração. A Figura 1 demonstra um *Briefing* com um compilado dessas informações.

Figura 1 – *Briefing* com as características dos *coworkings* das universidades



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A análise das estruturas físicas dos *coworkings* nas universidades federais revelou uma diversidade significativa, que nem sempre se alinha aos padrões discutidos na literatura. Enquanto estudos como os de Spinuzzi (2012) e Capdevila (2017) destacam a importância de espaços projetados para colaboração e bem-estar - com áreas ergonômicas, salas de reunião equipadas e zonas informais - os dados empíricos mostram realidades heterogêneas. A maioria dos espaços pesquisados apresenta infraestrutura básica de escritório (salas com ar-condicionado, internet, mesas móveis e auditórios), mas com disparidades marcantes como a **Universidade Q**: onde o espaço oferece apenas "uma sala para 10 usuários", sem menção a salas de reunião ou áreas comuns e a **Universidade D**: na qual possui "duas salas com 50 estações de trabalho, mas sem banheiros".

Essas configurações contrastam com o modelo teórico de Gandini (2015) e VIA Revista (2018), que enfatizam a necessidade de infraestrutura completa (como cafeterias, suporte técnico e *lounges*) para promover interação e produtividade. A ausência desses elementos em alguns casos levanta questionamentos sobre a efetividade desses espaços como ambientes de *coworking*, já que, segundo Orel e Dvoutely (2020), a dinâmica colaborativa depende diretamente de condições físicas adequadas.

Além disso, a gestão comunitária - apontada por Bouncken et al. (2021) como essencial para criar senso de pertencimento - não foi mencionada nas respostas, sugerindo uma possível lacuna entre a teoria e a

prática. Apesar das limitações, os espaços analisados refletem um estágio inicial de adaptação ao conceito, em linha com o cenário pós-pandêmico descrito por Mariotti et al. (2020), onde flexibilidade e funcionalidade são prioritárias, mesmo em estruturas simplificadas. O Quadro 4 mostra de forma detalhada a estrutura dos *coworkings* das IFES.

Quadro 4 – Estrutura dos *coworkings* das universidades federais brasileiras

Universidade	Estrutura Disponível
Universidade A	Uma sala, banheiro, auditório, sala de reuniões.
Universidade B	Sala compartilhada; estações de trabalho (mesas link, cadeiras); Wi-Fi institucional; copa; banheiros; Sala de Inovação (eventos, minicursos); Sala de Conferência (reuniões formais, presenciais/virtuais).
Universidade C	Coworking de 60m ² ; sala de reunião para 15 pessoas; sala de aula para 60 pessoas; 4 banheiros (2 masculinos, 2 femininos); estacionamento para 100 veículos; linha de ônibus regular.
Universidade D	Duas salas; capacidade para 50 estações de trabalho; sem banheiros.
Universidade E	Sala para 32 pessoas; pufes; plataforma giratória; 3 TVs; quadros em vidro; biblioteca com livros sobre negócios digitais.
Universidade F	Mesas de reuniões; estações individuais; espaço para reuniões (6 pessoas); ambiente para aulas/palestras; banheiros públicos; cantinas; livrarias; Wi-Fi; capacidade para 25 pessoas.
Universidade G	Sala de 120m ² ; banheiros; auditório para 80 pessoas; internet de alta velocidade; mesas de reuniões; projetor; 5 computadores; 2 Smart TVs (55 polegadas).
Universidade H	Sala de 54m ² ; ambientes de apoio; sala de reuniões; copa; banheiros (masculino e feminino); espaço para 40 pessoas.
Universidade I	Sala de coworking com capacidade para 50 e para 100 pessoas; salas de reuniões; mesas móveis; projetores; TVs; sistema de som; ar-condicionado; videoconferência; palco; arquibancada; Wi-Fi; quadro branco.
Universidade J	Sala de 49m ² , capacidade de até 24 pessoas; banheiros; sala de reuniões no mesmo prédio.
Universidade K	Sala; copa; sala de reunião; capacidade para 20 pessoas.
Universidade L	Estúdios de produção digital, gravação e transmissão de podcast/videocast; salas multimeios para aulas e eventos; sala de webconferência.
Universidade M	2 salas com mesas e cadeiras; Wi-Fi; ar-condicionado; suporte a mentorias; banheiros; sala de reuniões (20 pessoas).
Universidade N	Sala compartilhada; 2 banheiros; sala de reuniões (30 pessoas).
Universidade O	Sala para 100 pessoas; laboratório open office; espaço para capacitação; áreas para brainstorms, design sprints; arquibancada para palestras (40 pessoas).
Universidade P	45 estações de trabalho; 4 banheiros; 4 salas de reuniões; auditório (40 lugares); espaços de desconpressão (sinuca, videogame); 2 refeitórios; laboratório de prototipagem.
Universidade Q	Sala para 10 usuários.
Universidade R	Sala de reunião; espaço para 11 desktops e 8 notebooks; 2 banheiros; impressora; sofá; copa; geladeira.
Universidade S	2 salas; sala de reunião; 2 banheiros; copa; coworking para 40 pessoas.
Universidade T	6 salas com estações de trabalho; sala de reunião; copa; 8 banheiros (4 PNE); acessibilidade para pessoas com deficiência.
Universidade U	5 salas para empresas incubadas; banheiros acessíveis; sala de reuniões (10-15 pessoas); auditório (65 pessoas); espaço compartilhado para 30 estações.
Universidade V	Espaço de 150m ² ; 3 salas (130 pessoas); miniauditório (50 pessoas); sala de negócios; espaço para networking; biblioteca comunitária; sala de criação.
Universidade X	Uma sala com ar-condicionado, 2 mesas com 3 cadeiras cada, 8 baias com uma cadeira cada.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Considerações finais

As considerações finais deste estudo apontam para um conjunto de evidências empíricas que, articuladas ao referencial teórico, permitem compreender de forma mais crítica o estágio atual dos

espaços de *coworking* nas universidades federais brasileiras. A análise revelou um panorama marcado por desigualdades regionais, diversidade estrutural e heterogeneidade na definição dos públicos-alvo. Constatou-se que apenas 36,2% das instituições mapeadas possuem *coworkings*, com uma distribuição predominantemente concentrada nas regiões Sudeste e Sul, alinhada à maior densidade econômica e à presença de ecossistemas de inovação mais estruturados, conforme apontado por Woba (2024) e Konecka-Szydłowska e Czupich (2022).

A menor representação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste revela desigualdades estruturais e reforça a importância de políticas públicas voltadas à interiorização da inovação. Além disso, as diferenças percentuais intrarregionais destacam disparidades marcantes, com diferenças de até 75% entre IFES com e sem *coworkings* no Centro-Oeste, evidenciando uma fragilidade ainda maior na difusão desses espaços em determinadas localidades.

O crescimento desses ambientes nos últimos dez anos pode ser associado ao fortalecimento da legislação voltada à inovação, mas também à emergência de uma cultura institucional mais voltada ao empreendedorismo. Ainda assim, os dados revelam uma desconexão entre o conceito de *coworking* presente na literatura e a prática observada nas universidades. Segundo Orel e Dvouletý (2020), os *coworkings* são ambientes colaborativos, nos quais indivíduos independentes interagem, trocam conhecimentos e estimulam a inovação de forma interdisciplinar. No entanto, a pesquisa revelou que apenas 28% das instituições incluem a comunidade externa entre seus usuários, e muitos espaços restringem o acesso a grupos específicos, como empresas juniores ou startups, afastando-se do ideal de diversidade e interação proposto por Spinuzzi (2012), Gandini (2015) e Capdevila (2017).

As estruturas físicas observadas nas universidades também variaram consideravelmente. Em alguns casos, os espaços apresentam apenas uma sala modesta; em outros, dispõem de uma infraestrutura robusta com auditórios, laboratórios e tecnologias de ponta. Essa disparidade levanta a necessidade de discussão sobre padrões mínimos para classificação dos espaços como *coworkings*. Campos, Teixeira e Schmitz (2015) apontam que esses ambientes devem contar com infraestrutura adequada, incluindo estações de trabalho, acesso à internet, serviços de apoio e espaços de convivência. Além disso, autores como Merkel (2015) e Bouncken et al. (2021) destacam a importância da presença de um gestor comunitário, responsável por integrar os usuários e fomentar o senso de pertencimento e colaboração.

Quanto à gestão, a inexistência de personalidade jurídica nos espaços das IFES pode ser considerado um entrave em algumas situações, sobretudo no que concerne à autonomia. Embora a gratuidade amplie o acesso, a ausência de autonomia administrativa limita a capacidade de articulação com parceiros externos, a captação de recursos e a implementação de estratégias mais dinâmicas de gestão, como defendem Bueno et al. (2018) e VIA Revista (2018).

Finalmente, as dificuldades relatadas pelas universidades – como barulho excessivo, fluxo de caixa irregular, falta de recursos humanos qualificados e limitações normativas – evidenciam que, embora haja avanços, a implantação de *coworkings* nas IFES ainda enfrenta desafios estruturais e operacionais. No entanto, a realização de manutenções preventivas e a promoção de uma cultura de trabalho colaborativa demonstram que as instituições têm buscado alternativas para viabilizar e fortalecer esses ambientes, conforme previsões legais como a Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004) e suas modificações trazidas pela Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016, bem como o Decreto nº 10.534 de 28 de outubro de 2020, que visam fomentar a criação de ambientes promotores de inovação, como o *coworking*.

Diante desse contexto, fica evidente a necessidade de diretrizes mais claras e de apoio institucional para ampliar não apenas o número de *coworkings*, mas também sua qualidade e alinhamento ao conceito teórico que lhes dá origem. Dessa forma, os *coworkings* universitários poderão se consolidar como espaços essenciais para a inovação, a formação empreendedora e o desenvolvimento regional.

Referências

- Bouncken, R. B., & Reuschl, A. J. (2018). Coworking-spaces: How a phenomenon of the sharing economy builds a novel trend for the workplace and for entrepreneurship. *Review of Managerial Science*, 12(1), 317–334. <https://doi.org/10.1007/s11846-016-0215-y>
- Brasil. (1999). *Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal*. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 1.
- Brasil. (2004). *Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004: Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm
- Brasil. (2011). *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Regula o acesso a informações*. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 1.
- Brasil. (2016). *Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016: Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm
- Brasil. (2019). *Portaria MCTIC nº 6.762, de 17.12.2019: Institui o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores - PNI, visando fomentar o surgimento e a consolidação de ecossistemas de inovação e de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no País*. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_6762_de_17122019.html
- Brasil. (2020). *Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020: Institui a Política Nacional de Inovação*. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 3.
- Brown, J. (2017). Curating the “third place”? Coworking and the mediation of creativity. *Geoforum*, 82, 112–126.
- Bueno, S., Rodríguez-Baltanás, G., & Gallego, M. D. (2018). Coworking spaces: A new way of achieving productivity. *Journal of Facilities Management*, 16(4), 452–466. <http://www.emeraldinsight.com/1472-5967.htm>
- Campos, J. G. C., Teixeira, C. S., & Schmitz, A. (2015). Coworking spaces: Conceitos, tipologias e características. In *Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação*, Joinville, SC, Brasil.
- Capdevila, I. (2017). Coworking spaces and the localized dynamics of innovation: The case of Barcelona. *International Journal of Innovation Management*, 21(3), 1740006. <https://doi.org/10.1142/S1363919617400061>
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso Editora.
- Curaoğlu, F., & Demirbaş, D. (2017). From co-working places to new education places. *The Design Journal*, 20(sup1), S4765–S4767.
- Depiné, Á., & Teixeira, C. S. (2018). *Habitats de inovação: Conceito e prática* (Vol. 1, 294 p., il.). Editora Perse.
- Gandini, A. (2015). The rise of coworking spaces: A literature review. *Ephemera*, 15(1), 192–205.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57–63.
- INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. (2024). *Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento – IBID 2024*. INPI, Assessoria de Assuntos Econômicos.
- Konecka-Szydłowska, B., & Czupich, M. (2022). Coworking — A new entrepreneurship model in the

sharing economy. *Economy of Regions*, 18(1), 280–295.

Liu, C., & Cai, Y. (2018). Triple Helix model and institutional logics in Shenzhen special economic zone. *Science and Public Policy*, 45(2), 221–231.

Matias-Pereira, J. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica* (4th ed.). Atlas.

Meunier, J. (2018). After more than a decade, ‘co-working’ is now officially ‘coworking’.
<https://allwork.space/2018/10/after-more-than-a-decade-co-working-is-now-officiallycoworking/>

Merkel, J. (2015). Coworking in the city. *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, 15(2), 121–139.
<https://ephemerajournal.org/>

Moriset, B. (2014, January 23–25). Building new places of the creative economy: The rise of coworking spaces. In *2nd Geography of Innovation International Conference*, Utrecht, The Netherlands.
<https://shs.hal.science/halshs-00914075v1>

Oliveira Junior, L., & Costa, D. M. (2021). Ambientes de coworking como potencializadores da inovação. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 15(3), 67–89.
<https://doi.org/10.12712/rpca.v15i3.50988>

Orel, M., & Dvouléty, O. (2020). Transformative changes and developments of the coworking model: A narrative review. In V. Ratten (Ed.), *Technological progress, inequality and entrepreneurship* (pp. 9–27). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-26245-7_2

Polbitsyn, S. N. (2021). The role of universities in the development of public sector innovations. *The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal*, 26(1), Article 3. <https://innovation.cc>

Revista VIA: Rede de Inovação Florianópolis. (2018). *VIA Revista*, 5(5). Universidade Federal de Santa Catarina. <http://via.ufsc.br/>

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodología de la investigación* (5th ed.). McGraw-Hill.

Soares, J. M. M., & Saltorato, P. (2015). Coworking, uma forma de organização de trabalho: conceitos e práticas na cidade de São Paulo. *AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento*, 4(2), 61.

Spinnuzzi, C. (2012). Working alone together: Coworking as emergent collaborative activity. *Journal of Business and Technical Communication*, 26(4), 399–441. <https://doi.org/10.1177/1050651912444070>

Tanaka, R. M., et al. (2017). Características da prática do trabalho compartilhado (coworking) no Brasil em um contexto de sociedade individualizada. *Revista Espacios*, 38(4), 17.

Woba. (2024). *Censo Coworking: Uma análise Woba do mercado brasileiro de escritórios flexíveis* (2nd ed.). <https://lp.woba.com.br/censocoworking2024>